

ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cristiane Regina Xavier FONSECA–JANES
Pesquisadora e Pós-doutoranda pelo
Grupo de Pesquisa: Diferença, Desvio e Estigma
Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP

Sadao OMOTE
Pós-Graduação em Educação e
Grupo de Pesquisa: Diferença, Desvio e Estigma
Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
– FAPESP (Processos nº 07/53237-1 e nº 11/00501-4).

Eixo 5 : A formação docente na perspectiva da inclusão

INTRODUÇÃO

No relatório da UNESCO de 1999 (MORIN, 2000; VIEIRA, 2002), estabeleceram-se os quatro pilares para a educação contemporânea: (1) aprender a conhecer, (2) aprender a fazer, (3) aprender a viver juntos e (4) aprender a ser.

Aprender a conhecer não significa apenas o domínio do conteúdo, uma vez que hoje dispomos de tecnologia que propicia estratégias de acesso a informações em frações de segundos, mas também aprender a exercitar os processos, habilidades e competências cognitivas tais como a atenção, a memória e as formas mais complexas do pensamento (SEARLE, 1984; VYGOTSKY, 1996, 1998).

Aprender a fazer é adquirir habilidades e competências possibilitando que as pessoas trabalhem em equipe, enfrentando, assim, diversificadas situações oriundas de seu cotidiano.

Aprender a viver junto é um dos objetivos da educação inclusiva, mas este não pode ser o único. As pessoas, ao aprenderem a viver junto com seus iguais e com os seus diferentes, podem desenvolver atitudes favoráveis, respeito e aceitação das divergências existentes entre questões que envolvam o gênero, as diferentes etnias, os diversos grupos socioeconômicos, as deficiências sensoriais, as deficiências físicas, as deficiências intelectuais, entre outras. Entretanto, a inclusão não deve ser apenas pensada no convívio escolar, mas em toda comunidade. Ainda no enfoque deste pilar, as pessoas podem aprender a descobrir progressivamente os outros e a criarem interdependências quanto à participação em projetos comuns, pois “educar para

convivência é uma exigência inadiável e um caminho para enfrentar as questões postas pela diversidade e pelo multiculturalismo” (VIEIRA, 2002, p. 30).

Aprender a ser é a preocupação de formar as pessoas de maneira holística, criando-se estratégias para que tenham condições de elaborar pensamentos autônomos e críticos e que sejam capazes de formular seus próprios juízos de valor desvinculados do senso comum. Essas estratégias devem ainda visualizar as potencialidades de cada ser humano.

Poderíamos dizer que uma educação pautada nestes quatro pilares indica um sistema educacional capaz de cumprir o seu papel social, cultural e humanitário, difundindo e praticando as metas estabelecidas por vários documentos e decretos em vigência, tais como a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros. Poderíamos ainda dizer que a educação permeada por estes pilares possibilita a efetivação dos fundamentos da educação inclusiva, cujo pressuposto é oferecer uma educação de qualidade às diversificadas esferas sociais, levando em conta as suas necessidades específicas. Essa educação não pode perder de vista a transmissão qualitativa dos conteúdos sistematizados e acumulados ao longo da história da humanidade. Acreditamos que a educação inclusiva, com essa perspectiva, pode fortalecer o sistema de ensino e ampliar a discussão sobre a inclusão social.

Para ampliar a discussão sobre a educação inclusiva, procuramos o apoio na literatura específica da área de educação especial (ABPEE, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010; MITTLER, 2003; OMOTE, 1996, 2004a; STAINBACK; STAINBACK, 1999, entre outros), que nos demonstra os problemas conceituais que essa expressão percorreu ao longo de sua trajetória vinculada aos estudos da educação especial.

A educação inclusiva implica uma reforma radical no sistema educacional, uma vez que necessita reestruturar os seus sistemas curriculares, avaliativos e didático-pedagógicos. Essa reforma educacional precisa garantir que todos os alunos tenham acesso ao ensino regular e nele permaneçam com bom aproveitamento, oferecendo estratégias para se impedir a segregação e o isolamento dos alunos.

A educação inclusiva é mais do que a retirada dos obstáculos que impedem alguns os alunos de freqüentarem a escola regular; antes de tudo, é um processo dinâmico sem término, uma vez que não é um mero estado de mudança, mas um processo de reestruturação educacional tanto organizacional quanto pedagógico contínuo. Tal processo ainda está em construção e é passível de transformação e re-significação.

Os estudiosos sobre as questões concernentes à educação especial e à educação inclusiva sugerem que se produzam pesquisas científicas bem fundamentadas e passíveis de replicação. Estas pesquisas devem ter como perspectiva a criação de estratégias metodológicas a serem desenvolvidas em sala de aula, políticas públicas sérias e que sejam eficientes na questão da inclusão e gestão competente para fortalecer o sistema regular de ensino, de forma que os alunos pertencentes aos grupos minoritários, independentes de suas características singulares, possam ingressar, permanecer e aprender em uma escola de qualidade.

Essa perspectiva não difere das metas traçadas por todos aqueles que visam uma educação democrática de qualidade, gratuita e laica, desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932 ou mesmo o Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados de 1959. Ao se falar em educação de qualidade, vamos também ao encontro da questão de formação de professores, uma vez que o professor é um dos profissionais do sistema educacional que proporcionará as estratégias sistematizadas e planejadas para que seus alunos efetivem o processo de aprendizagem. Salientemos que a educação inclusiva é um ideal para todos os níveis de ensino, mas este projeto de pesquisa enfocará a formação do pedagogo, uma vez que é no curso de Pedagogia que se formam os profissionais para atuarem na docência da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como os gestores educacionais.

O curso de Pedagogia no Brasil foi criado por meio do Decreto nº 1.190/39, dentro da organização da Faculdade Nacional de Filosofia. O curso se estruturou, originalmente, como um curso de bacharelado com duração de três anos e a licenciatura, com mais um ano, por meio do curso de Didática, o famoso esquema de “3+1”, que compõem a maioria dos cursos de bacharelado e licenciatura.

A literatura sobre o histórico do curso de Pedagogia evidencia que essa regulamentação de 1939 tinha como incumbência formar os técnicos educacionais, pois os interessados no curso eram pessoas que pleiteavam o ingresso em funções de administrador, avaliador e orientador educacional, planejador curricular, inspetor de escolas e pesquisador tecnológico educacional junto ao MEC, às secretarias dos estados e dos municípios. O curso formava bacharéis e licenciados. O pedagogo com bacharelado era o técnico educacional, e com licenciatura era o professor de matérias pedagógicas.

Com a aprovação da Lei n. 4024, de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, houve uma reestruturação curricular no curso de Pedagogia. Tal curso passaria de três para quatro anos e os egressos eram titulados com o bacharelado e a licenciatura.

Na opinião de Saviani (2007), a nova reestruturação curricular do curso manteve seu caráter generalista, não inserindo ainda as habilitações.

Em 1968, ocorre a Reforma Universitária que delibera ser facultativa ao curso de Pedagogia oferecer as habilitações em Supervisão, Administração e Inspeção Educacional e outras especialidades. Já, a Resolução do Conselho Federal da Educação nº 2/1969 determina que o curso de Pedagogia seja responsável pela formação de professores para o ensino Normal, orientadores, administradores, supervisores e inspetores educacionais.

A partir da década de 80, por influência das pesquisas educacionais e reivindicações de movimentos populares, algumas Faculdades de Educação “suspenderam ou suprimiram as habilitações convencionais [...], para investir num currículo centrado na formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental e curso de magistério” (LIBÂNEO, 1998, p. 38). Assim, o curso de Pedagogia começa a ganhar a especificidade de formação de profissionais para docência. Quanto à educação infantil com finalidade educativa só emerge na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.

A história do curso de Pedagogia demonstra que, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 15 de maio de 2006, se estabeleceu o perfil do egresso a ser formado no curso de Pedagogia (BRASIL, 2006). Assim, esse curso pode ser considerado o *locus* de formação inicial dos profissionais que atuaram na docência da Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como, na gestão de sistemas educacionais. Entretanto, essa definição de atuação dos pedagogos não se constituiu de maneira clara, calma e tranqüila. Embates políticos e epistemológicos ocorreram para que chegássemos a essa quase consensual definição do seu campo de atuação.

A Universidade Estadual Paulista é uma das três universidades públicas mantidas pelo governo do Estado de São Paulo, com destaque no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Sua peculiaridade se dá por ser a única das três universidades públicas que está presente em todas as regiões paulistas, sendo 32 unidades em 23 cidades. Essas unidades formam, aproximadamente, 4,8 mil novos graduados por ano, distribuídos em 63 carreiras. Dentre essas carreiras encontra-se a do Pedagogo que é formado no curso de Pedagogia, oferecido em seis unidades diferentes: (1) Faculdade de Ciências do Campus de Bauru, (2) Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara, (3) Faculdade de Ciências e Tecnologia do Campus de Presidente Prudente, (4) Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília, (5) Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro e (6) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do Campus de São José do Rio Preto.

A UNESP foi a universidade pública pioneira na formação de professores especializados para o ensino de pessoas com deficiência, pois desde 1977 oferece a habilitação em Educação Especial. Inicialmente essa habilitação era oferecida na Faculdade de Filosofia e Ciências no Campus de Marília e, a partir de 1986, também passa a ser oferecida pela Faculdade de Ciências e Letras no Campus de Araraquara (OMOTE, 1996). Salientamos ainda que com as Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia, encerra-se a formação em habilitações. O curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências forma sua última turma em 2010 e o curso da Faculdade de Ciências e Letras oferecerá o eixo de formação em Educação Especial até o ano letivo de 2012.

Essas peculiaridades da Universidade Estadual Paulista, a de formar o pedagogo em todo o interior paulista e a de ser a universidade pública pioneira na formação de recursos humanos para o exercício do magistério com pessoas deficientes, atestam a sua importância, pois esses profissionais estarão depois de formados distribuídos em todo o Estado de São Paulo.

Em estudos anteriores (FONSECA-JANES, 2010) verificamos que o curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista, ao longo de sua trajetória histórica, se constitui de três formas organizacionais diferenciadas. A primeira é formada por cursos que se constituíram com a criação dos Institutos Isolados de Ensino Superior e não sofreram interrupções em suas trajetórias institucionais, como é o caso do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara e da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. A segunda forma de organização é constituída por cursos criados nos Institutos Isolados de Ensino Superior e tiveram interrupções durante suas trajetórias institucionais com a criação da Universidade Estadual Paulista, sendo reabertos ao longo destes 34 anos, como é o caso do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, do Instituto de Biociências, Campus de Rio Claro e do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto. A terceira forma de organização é constituída por um único curso, até o momento, criado após a consolidação desta universidade, no caso, o curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências, Campus de Bauru.

Na busca de discussões teóricas sobre o processo de formação dos profissionais a trabalharem com os desafios que uma educação de qualidade possa oferecer, este trabalho tem por objetivo analisar as matrizes curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista para a formação em uma perspectiva inclusiva.

MÉTODO

Para o desenvolvimento deste trabalho nos pautamos nas análises dos Projetos Políticos dos seis cursos de Pedagogia e nas Resoluções da Unesp: (a) nº 16, de 29 de março de 2007; (b) nº 17, de 29 de março de 2007; (c) nº 18, de 29 de março de 2007; (d) nº 20, de 03 de abril de 2007; (e) nº 60, de 28 de agosto de 2007; (f) nº 82, de 27 de novembro de 2007 e (g) nº 45, de 25 de junho de 2009.

De posse dos dados referente às matrizes curriculares do curso de Pedagogia, após o levantamento e atualização dos dados, as disciplinas obrigatórias foram distribuídas em um quadro com as seguintes categorias: (1) disciplinas específicas relacionadas com a Educação Inclusiva, (2) carga horária das disciplinas relacionadas com a Educação Inclusiva, (3) disciplinas específicas relacionadas com a Educação Especial e (4) carga horária das disciplinas relacionadas com a Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos as matrizes curriculares da Unesp verificamos que estas possuem muitas diversidades próprias da constituição de cada unidade de ensino. Mesmo com suas particularidades, procuramos identificar quais disciplinas específicas são direcionadas à Educação Inclusiva e quais são direcionadas à Educação Especial. Seu resultado se encontra no quadro 01.

Unidades Universitárias	Disciplinas Específicas voltadas para a Educação Inclusiva	Carga Horária	Disciplinas Específicas voltadas para a Educação Especial	Carga Horária
FC - Campus de Bauru	Educação Inclusiva (DCCO)	68 h	Introdução ao Ensino da Língua Brasileira de Sinais (DCCO)	68 h
FCL – Campus de Araraquara	-		Educação Especial (DNADE)	60 h
FCT - Campus de Presidente Prudente	Fundamentos da Educação Inclusiva (DOFB)	75 h	Libras, Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação (DNEAD)	75 h
FFC - Campus de Marília	Fundamentos da Educação Inclusiva (DOFB)	75 h	Desenho Universal, Acessibilidade e Adaptações (DOFB)	45
			Diversidade, Diferença e Deficiência: implicações educacionais (DOFB)	30
			Língua Brasileira de Sinais (DOFB)	45
			Língua Brasileira de Sinais (DOFB)	75
			Currículo e as Necessidades Educacionais Especiais (DOFB)	90
			Desenvolvimento e Aprendizagem: Especificidades das Pessoas com Deficiências (DOAEE)	90
			Comunicação e Sinalização Diferenciadas na Educação Especial (DOAEE)	60
			Recursos e Estratégias Didáticas na Educação Especial (DOAEE)	30
Sexualidade e Deficiência (DOAEE)	30			
	Linguística Aplicada à Educação Especial (DOAEE)			
IB - Campus de Rio Claro	Fundamentos da Educação Inclusiva (DOFP)	75 h	-	-
IBiLCE - Campus de São José do Rio Preto	Tópicos de Educação Inclusiva (DO)	45 h	-	-

Legenda: O símbolo “—” representa a ausência de disciplinas

DCCO – Disciplinas do Conteúdo Curricular Obrigatório

DNADE – Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo

DNEAD – Disciplina do Núcleo de Estudos de Aprofundamentos e Diversificação

DO – Disciplinas Obrigatório

DOAEE – Disciplina Obrigatória de Aprofundamento em Educação Especial

DOFB – Disciplina Obrigatória de Formação Básica

DOFP – Disciplina Obrigatória de Formação Profissional

Quadro 01 – Distribuição da carga horária e das disciplinas relacionadas a Educação Inclusiva e a Educação Especial nos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista

Fonte: FONSECA-JANES, C. R. X.(2010, p. 177)

Com a disposição das informações do quadro 1, constatamos que as disciplinas referentes a Educação Inclusiva possuem a mesma denominação de “Fundamentos da Educação Inclusiva” nos cursos de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências e no Instituto de Biociências. Nestas unidades universitárias, as disciplinas são de 5 créditos (75 horas) e compõem o núcleo de formação básica/obrigatória dos estudantes.

As disciplinas correspondentes a Educação Inclusiva, tanto no curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências quanto no do Instituto de Biociências, são denominadas diferentemente. A atribuição de seus créditos também é diferenciada. Entretanto, em ambas as unidades, elas fazem parte do núcleo de formação básica dos estudantes.

Pensamos que, mesmo com essas diferenças entre os cursos de Pedagogia da UNESP, os estudantes, depois de formados, terão uma melhor compreensão do conceito de Educação Inclusiva, uma vez que cinco das seis unidades universitárias possuem disciplinas que abordam a temática. O fato de existir, em cinco das seis unidades, uma disciplina para tratar as questões do processo de inclusão ou exclusão de grupos minoritários já é um avanço significativo.

Convém salientar que, mesmo existindo só uma disciplina sobre essa temática, os coordenadores argumentam que o tema poderá ser trabalhado de maneira transversal nas outras disciplinas:

[...] Daí não é só simplesmente aplicar uma disciplina, mas eu acho que as outras disciplinas também, de certo modo, têm que trabalhar com isso. Afinal é uma responsabilidade de todos nós. Temos que trabalhar isso, inclusive eu tenho que mostrar as contribuições da psicologia em torno da questão de criar uma outra mentalidade de aprendizagem de perceber que todos têm condições de aprender, mas dependendo da maneira que o professor conduza esse processo. P1

[...] a própria disciplina que eu ministro [aborda], [...] E os outros colegas também estão trabalhando. P1

Educação inclusiva é um tema, ela é uma perspectiva política. [...] Ela não tem que estar numa disciplina, ela tem que perpassar [...] P2.

[...] não vai haver a incorporação na forma de disciplinas novas, a idéia é que incorpore em termos de conteúdo. P2

[...] agora o processo vai ser de incorporar conteúdo de docente [...] P2

Quando você dá alfabetização, você tem que discutir crianças com diferenças na escola, não tem? P2

É na didática e nas metodologias, que não dá pra dar conteúdo metodologia e prática de ensino, se não tiver essa conversa da inclusão. Outra coisa que eles pedem é a história dos afros descendentes [...] P3

Educação Inclusiva, é uma disciplina que deveria não existir, que deveria ser um tema [...] transversal. P4

[...] Mas mais do que ter uma disciplina específica eu considero como os professores pensam. Eu acredito que assim como na [disciplina de] psicologia, os colegas de sociologia, filosofia e história, todo mundo acaba tocando no tema. P6

Sendo assim, apontamos a necessidade de futuros estudos para a investigação sobre a compreensão do conceito de Educação Inclusiva dos docentes dos cursos de Pedagogia da UNESP e de suas atitudes sociais em relação a inclusão. E também a

necessidade de estudo minucioso das ementas e dos planos de aula das disciplinas que compõem as matrizes curriculares, para comprovação de temas que discutam as questões das diferenças, da inclusão e exclusão social e escolar dos grupos minoritários, entre outros.

Dentre os seis cursos, o único que não apresentou disciplinas relacionadas a questão da Educação Inclusiva foi o curso de pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara. Esse dado, de certa forma, nos causou estranheza, uma vez que esta era uma das unidades universitárias que possuíam um eixo de formação em Educação Especial e, anteriormente, habilitação em Educação Especial, conforme apontou Omote (1996).

Faintanin, Costa e Ferraz (2009), ao estudarem as concepções do conceito de Educação Inclusiva do curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, reafirmam que, se o curso de Pedagogia fornecer subsídios para uma formação crítica ao seu corpo discente, ele poderá, por meio das “experiências com seus alunos e da auto-reflexão crítica sobre sua ação pedagógica política” (p. 1548), direcionar o seu trabalho docente para “atitudes de sensibilidade e acolhimento da diversidade de seus alunos” (p. 1548).

Dessa forma, esperamos que os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista possam ao longo dos quatro anos formar seus estudantes para o domínio dos conceitos de Educação Inclusiva e criar estratégias para que seus egressos sejam mais acolhedores às diferenças e às diversidades existentes na sala de aula.

Verificamos, por meio das informações distribuídas no quadro 01 que, dois cursos de Pedagogia não oferecem disciplinas relacionadas com a área da Educação Especial, como é o caso dos cursos de Pedagogia do Instituto de Biociências e do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

O curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências oferece uma disciplina sobre Libras que faz parte da formação básica dos estudantes. O curso de pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia também oferece uma disciplina de Libras e outras Linguagens. E o curso da Faculdade de Ciências e Letras possui uma disciplina de 4 créditos (60 horas), denominada Educação Especial, que faz parte do núcleo de aprofundamento.

O curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências possui 9 disciplinas relacionadas com a área específica da Educação Especial, sendo que 4 disciplinas fazem parte do núcleo de formação básica e 5 disciplinas fazem parte do núcleo de Aprofundamento em Educação Especial.

Oliveira (2009b), ao analisar a formação do professor em Educação Especial, especificamente no curso de Pedagogia desta faculdade, argumenta que o intuito da

constituição do curso de Pedagogia, após as Diretrizes Curriculares Nacionais, foi o de formar professores “em uma *perspectiva inclusiva* e estar preparados para identificar e receber, em suas salas, alunos com necessidades educacionais especiais” (p. 07, grifos da autora). O curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências está em consonância com a proposição de Oliveira, uma vez que dentre as seis unidades universitárias, esta faculdade ser a única com 4 disciplinas específicas para a formação em Educação Especial e 1 para a formação em Educação Inclusiva, no núcleo de formação básica dos estudantes do curso de Pedagogia, além de mais 5 disciplinas específicas em Educação Especial no aprofundamento.

Outro fator, que pode ter influenciado essa estruturação da matriz curricular em uma perspectiva inclusiva, neste curso, é apontado por Oliveira (2009a) como sendo a forte influência de pesquisadores da área da Educação Especial, que constituem o Departamento de Educação Especial desta unidade. Para essa autora, não seria possível esperar que o mesmo ocorresse em outros cursos de Pedagogia do Brasil.

Apontamos também que esta é a única unidade da Unesp que possui um departamento de Educação Especial e uma linha de pesquisa em Educação Especial no Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Além disso, o Departamento de Educação Especial é promotor de evento científico na área da Educação Especial, a Jornada de Educação Especial, que irá realizar sua décima primeira edição. Mesmo com a extinção da Habilitação em Educação Especial essa tendência não se arrefeceu, pois foram criadas outras estratégias para a formação dos profissionais especializados: o Centro de Formação, Extensão e Pesquisa em Inclusão – CEFPEI e o curso de especialização em Educação Especial, com 600 horas/aula sendo 200 de estágio supervisionado, que passa a ser oferecido em caráter regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Pedagogia constituiu-se ao longo da história da educação, para hoje ser considerado o *locus* de formação dos profissionais que atuarão na docência da Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como na gestão de sistemas educacionais. Entretanto, essa definição de atuação dos pedagogos não se constituiu de maneira clara, calma e tranqüila. Embates políticos e epistemológicos ocorreram para que chegássemos a essa quase consensual definição do seu campo de atuação.

Essa legitimidade da identidade do pedagogo para a docência na Educação Infantil e nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, bem como para atuar na gestão escolar, foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2006) para o curso de Pedagogia. Sabemos que muitos debates se travam sobre essa identidade, mas é

uma luta que compete a nós, pedagogos e pesquisadores da área da Educação, com vistas a sua ampliação ou não.

A educação inclusiva ao ser entendida como uma educação de qualidade, que deve ser oferecida pelo sistema educacional a todas as crianças, jovens e adultos, assegurando, para isso, recursos, métodos de ensino, estratégias de ensino e, sobretudo, recursos humanos capacitados que atuarão como docentes na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e como gestores dos Sistemas de Ensino. Estes profissionais, uma vez formados no curso de Pedagogia, poderão contribuir para a efetivação de uma sociedade genuinamente inclusiva, desde que dominem os campos teórico e prático de sua área e que estes sejam perpassados de atitudes sociais favoráveis à inclusão.

Podemos perceber que, nos cursos de Pedagogia na Universidade Estadual Paulista, existem heterogeneidades na constituição de suas matrizes curriculares. É possível verificá-las no nome dos núcleos de formação, na atribuição dos créditos para cada um destes núcleos de formação, na atribuição da carga horária mínima para formação geral e no entendimento dos Núcleos Integradores em cada uma de suas unidades.

Ao analisarmos as estruturas curriculares das seis unidades de ensino, verificamos que é prevista a introdução de temas e práticas de ensino que poderão intervir na formação dos estudantes de Pedagogia com vistas ao entendimento teórico e em alguns casos práticos sobre temas relacionados à Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL (ABPEE). *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: ABPEE; FFC – Unesp Publicações, 2002, 2004 - 2010. Quadrimestral.

FAITANIN, G. P. S.; COSTA, V. A. ; FERRAZ, V. Formação e educação inclusiva: as concepções do curso de Pedagogia/UFF á luz das atuais políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2009, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2009. p. 1540-1549.

FONSECA-JANES, C. R. X. *A formação dos estudantes de pedagogia para a educação inclusiva: estudo das atitudes sociais e do currículo*. 2010. 269f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1998. 200 p.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, A. A. S. A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada. In: PINHO, S. Z. (Org.). *Formação de educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009a. il. p. 257-271.

_____. Educação especial: a formação do professor em debate. In: JORNADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2009, Marília. *Resumos...* Marília: Saepe, 2009b. p. 1-18.

OMOTE, S. (Org.) *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: Fundepe, 2004a. 211 p.

_____. Dificuldades e perspectivas para habilitação em Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 2, n. 4, p. 127-135, 1996.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, São Paulo, jan./abr., p. 01-16, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 maio 2010.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução de Magda França Lopes, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 451 p.

SEARLE, J. R. *Mente, cérebro e ciência*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1984. 125 p. 379 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea)

VIEIRA, S. L. (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 5. ed. São Paulo: Martins fontes, 1996. 168 p. (Série Psicologia e Pedagogia).

_____. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jeferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 194 p. (Série Psicologia e Pedagogia).